



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/PMT/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/PMT/2020

1 – OBJETO

AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE PELÍCULA PARA O CENTRO DE EVENTOS “JOÃO BAYER NETO”, BIBLIOTECA MUNICIPAL E ANFITEATRO “LEDA REGINA DE SOUZA”, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E FUNDAÇÃO CULTURAL E TRADIÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

2 – CONTRATADA

ADOLFO ROBERTI GUERRA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.832.303/0001-76, estabelecida a Rua Jeferson Eclides Benatti, nº 149, 15 de Novembro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina CEP 88200-000.

3 – DO VALOR

O valor será no total de **R\$ 10.561,20 (Dez mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte centavos)**.

4 – PRAZOS E LOCAL

Todos os equipamentos deverão ser instalados nos locais indicados pela Secretaria (“Centro de Eventos”, Biblioteca Municipal e Anfiteatro Leda Regina) de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência. O prazo para a instalação dos equipamentos é de 10 (dez) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

A garantia mínima da instalação dos equipamentos é de no mínimo 12 (doze) meses.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de validade do contrato será até 31 de dezembro de 2020, sendo tal prazo improrrogável.

6. DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Todos os serviços deverão ser prestados de forma a satisfazer as necessidades da Contratante, na forma estabelecida na solicitação de compra e de acordo com o presente Termo de Referência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

A empresa prestadora dos serviços será responsável pela substituição, troca ou reposição das mesmas se, porventura, forem entregues com qualquer defeito, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

As quantidades são aquelas especificadas na Solicitação de Compra, não havendo qualquer possibilidade de aumento do quantitativo dos documentos hábeis apresentados para avaliação da demanda.

7 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante emissão de Nota Fiscal.

6- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da presente Dispensa de Licitação correrão por conta do orçamento de 2.020, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Cód. Red.	Unidade Orçamentária	Proj./Ativ.	Elemento Despesa
151	23.01	2.065	3.3.90.00.00.00.00.00
5	21.01	2.062	3.3.90.00.00.00.00.00

7 – DO CONTRATO

7.1 Da Alteração: O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando o limite estabelecido no parágrafo primeiro do mencionado artigo, ou conforme o caso, os percentuais estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8666/93;

8 – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tijucas/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

9– DO FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação da empresa ADOLFO ROBERTI GUERRA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.832.303/0001-76, estabelecida a Rua Jeferson Eclides Benatti, nº 149, 15 de Novembro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina CEP 88200-000, **com base no Art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 047/2020/PGM. Conforme preceitua o Art. 24, inciso II e Art. 23 inciso I e II, “a” da Lei 8666/93, é dispensável a licitação:**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Art. 23. As modalidade de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I – para obras e serviços de engenharia:

a) Convite – até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

[...]

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) Convite – até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Neste sentido, é entendimento do prejulgado nº 0689 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O valor limite para compras e contratação de serviços por dispensa de licitação com base no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, se refere ao respectivo objetivo da aquisição, não tendo direta correlação com o item orçamentário pela qual se dará aquisição.

A aquisição, mesmo por dispensa de licitação, requer prévia indicação e provisionamento orçamentário, além de existência de recursos financeiros.

A dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 9.648/98, constitui-se exceção, estando vinculada à justificativa plausível e inoccorrência de parcelamento de uma mesma obra, serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**A administração deve planejar adequadamente as compras e contratações necessárias, evitando a necessidade de aquisições por dispensa de licitação.
(Prejulgado do TCE/SC nº 0689)**

Da orientação do TCU, Acórdão 682/2006, extrai-se:

“Realize pesquisa de preços, na contratação por dispensa de licitação, de maneira a cumprir a determinação contida no artigo 43, inciso IV, da Lei de Licitações, fazendo constar formalmente os documentos que integram o processo a informação sobre a equivalência de preços”.

Ainda a Decisão 253/1998, do TCU, disciplina:

“Deve objetivar contratações de serviço e aquisições de pequeno valor, de igual natureza, semelhança ou afinidade, realizadas por dispensa de licitação, fundamentada no inciso II, do artigo 24, da Lei 8666/93.”

Ademais, denota-se que o Contratado oferece nos termos de seu projeto preço compatível com os praticados no mercado, conforme verificado pela Administração.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Administração

O Contratado encontra-se constituído nos termos da legislação brasileira, apresentados as certidões no prazo de validade.

10 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Constata-se que o preço da empresa apresenta-se de acordo com o valor de mercado, sendo viável ao caso concreto, tudo conforme se desprende da documentação coligida aos autos.

Tijucas (SC), 31 de janeiro de 2020

PAULA REGINA DA SILVA
Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos